

## O PAPEL SOCIAL DO PODER JUDICIÁRIO NA PÓS-MODERNIDADE

Maximiliano Pereira de Carvalho\*

**RESUMO:** Este artigo apresenta análise do sistema clássico de divisão do Direito, contrapondo-o às atividades estatais e propondo o reposicionamento da atribuição jurisdicional. Em especial, no que pertine à função social do Poder Judiciário e o princípio da inércia da jurisdição. Apresenta, em conclusão, exemplo extraído da seara trabalhista.

**PALAVRAS-CHAVE:** Parceirização; pacificação social; zetética; direitos e garantias fundamentais; ativismo judicial; judicialização da política.

### INTRODUÇÃO

Este texto não tem a pretensão de ser um estudo científico a respeito de fenômenos como a judicialização da política ou o ativismo judicial. Antes, é um convite ao pensamento. Busca instigar o leitor a conceber o magistrado como ator social, avançando em termos de concretização dos direitos sociais.

Isso porque a sociedade pós-moderna não se restringe aos padrões e definições rígidos do racionalismo iluminista<sup>1</sup>. Ao contrário, quebra paradigmas, rejeita rótulos, rearranja relações. Claro, não se desconsidera a crítica ao abuso e a defesa de uma “volta do pêndulo”, como espécie de vedação do excesso<sup>2</sup>.

### 1. O DIREITO COMO AGENTE CONSERVADOR E TRANSFORMADOR DA SOCIEDADE

Não obstante, é inexorável a pressão sobre o Estado para que também se repense e – talvez até – se reforme. Se não instrumentalmente, mediante o estabelecimento de novo Ordenamento Jurídico, certamente pelo clamor dos cidadãos pela efetiva observância dos princípios

---

\* Juiz do Trabalho em Porto Velho – RO (TRT14).

inscritos na Carta de 1988.

Aparentemente, entretanto, os agentes políticos democraticamente eleitos ainda não absorveram integralmente a proposta. Ou, sabedores do risco inerente ao amplo acesso à informação, buscam criar mecanismos que neutralizem os efeitos da mobilização popular.

O Poder Judiciário, por sua vez, interage com os cidadãos. Reinventa-se e responde aos anseios da sociedade.

Ao Direito, não é novidade, é intrínseca a dialética entre seus caracteres conservador e transformador<sup>3</sup>. Interessante notar a forma como tais efeitos se revelam: - mediante leis aprovadas; e por meio da hermenêutica<sup>4</sup>.

Aquelas, estatuídas pela minoria dominante, detentora do poder econômico, a qual busca se manter. Esta – atualmente – fruto da compatibilização da norma extraída do comando legal com a principiologia inserida na Constituição Federal.

## **2. ADEQUAÇÃO ESTATAL À PÓS-MODERNIDADE**

De se ver, assim, que também o Estado não escapa às idiossincrasias contemporâneas. Uma forma de adequação se dá pela judicialização da política, mediante a outorga do legislador ordinário ao Judiciário (em especial ao STF), para que decida quais as opções constitucionalmente compatíveis com relevantes questões sociais<sup>5</sup>.

Fala-se, outrossim, a respeito do ativismo judicial, em que há a figura do intérprete proativo, extraíndo de cláusulas gerais e conceitos jurídicos indeterminados à norma do caso concreto. Isso, de sorte a dar densidade normativa ao comando legal, poroso, adequando-o ao caso concreto<sup>6</sup>.

Note-se, porém, que tanto no caso da judicialização da política, como no do ativismo judicial, há lide posta ao Poder Judiciário para que decida. É intrigante imaginar que – mesmo diante desta disrupção institucional – o paradigma da inércia seguiria incólume.

Nesse passo, o ativismo judicial e a judicialização da política são maneiras que o Estado encontra para alterar sua morfologia, adequar-se e sobreviver ao mundo contemporâneo. Ambos são disrupções institucionais, fenômenos que de algum modo influenciam as atribuições de Executivo, Legislativo e Judiciário, ainda que não alterando a Constituição.

De certa maneira inflam e tornam superpotente o Poder Judiciário. Não por opção própria, mas pela falta de interesse do Executivo e Legislativo em tomar a frente das questões relevantes. Ou, pior, ante uma possível preferência em delegar ao Judiciário, para que este seja o único objeto de crítica da sociedade, enquanto aqueles cuidam de seus próprios interesses.

### 3. REPENSANDO O PAPEL SOCIAL DO PODER JUDICIÁRIO

Desse modo, se, de um lado, a pacificação social é intrínseca à Jurisdição, de outro o magistrado não é simplesmente neutro. Imparcialidade e neutralidade, sabe-se, não se confundem<sup>7</sup>. Aquela é uma exigência fundamental para a realização do devido processo legal, por meio da segurança do princípio do contraditório; esta, por sua vez, pressupõe o não envolvimento do cientista com o objeto de sua ciência.

Nesse sentido, pontua Lídia Reis de Almeida Prado<sup>8</sup>, ao aduzir que “o Juiz deve ser um poeta, alguém que morre de dores que não são suas, vive o drama do processo; capaz de descer às pessoas que julga, capta os sentimentos e aspirações da comunidade, incorpora na sua alma e na sua própria vida a fome de Justiça do povo a que serve”.

Ainda, o Poder Judiciário se faz presente na figura do Juiz. O magistrado não representa o Judiciário. É, sim, a materialização da atribuição jurisdicional<sup>9</sup>. Esta ilação dá margem à prosopopeia de que o Poder Judiciário é humano.

Na Corte da Haia, por exemplo, prima-se pela interpretação *spro homine*<sup>10</sup>. Ali se consagra a dignidade humana, centro do Ordenamento Jurídico. No caso Ahmadou Sadio Diallo (República da Guiné vs República Democrática do Congo), julgada em junho de 2012, consignou-se<sup>11</sup>:

[...] 17. Before turning to the various heads of damage, the Court also recalls that the scope of the present proceedings is determined in important respects by the Court's Judgments of 24 May 2007 and of 30 November 2010. Having declared Guinea's Application inadmissible as to alleged violations of the rights of Africom-Zaire and Africontainers-Zaire (I.C.J. Reports 2007

(II), p. 616, para. 94), the Court will not take account of any claim for injury sustained by the two companies, rather than by Mr. Diallo himself. Moreover, the Court will award no compensation in respect of Guinea's claim that the DRC violated Mr. Diallo's direct rights as an associé in Africom-Zaire and Africontainers-Zaire, because the Court found that there was no such violation in its Judgment of 30 November 2010 (I.C.J. Reports 2010 (II), p. 690, para. 157, and pp. 690-691, para. 159). The Court's inquiry will be limited to the injury resulting from the breach of Mr. Diallo's rights as an individual, that is, "the injury flowing from the wrongful detentions and expulsion of Mr. Diallo in 1995-96, including the resulting loss of his personal belongings" (ibid., p. 691, para. 163). (sublinhei)

A estátua "Paz pela Justiça", presente estadunidense à Corte, é espécie moderna de Têmis. Seus olhos, abertos, desvendados; mãos robustas e livres, sem espada ou balança. Intrínsecos sem seus traços a ideia da Justiça curada da cegueira<sup>12</sup>, julgando com amor.

#### 4. FUNÇÃO SOCIAL DO PODER JUDICIÁRIO

Nesse passo, a pacificação social é um dos objetivos do Poder Judiciário. Não a sua função social. Aos magistrados cumpre a efetivação dos direitos e garantias fundamentais que permeiam o Ordenamento Jurídico<sup>13</sup>. Não apenas no conflito judicializado.

Isso, com vistas à realização da Justiça Social em dimensão molecular, reverberando socialmente. Seja como agente mobilizador, seja assumindo a postura de modelo de conduta, parametrizando as ações da Administração Pública e determinando o *modus operandi* dos cidadãos.

Isso porque a implementação dos preceitos constitucionais depende em especial do respeito e da obediência da própria Administração Pública. Se o Estado não respeita as leis, o Judiciário perde legitimidade. Fica limitado à certificação do direito do cidadão; sem autoridade para garantir a execução<sup>14</sup>.

Não se vive em comunidade agindo individualmente. No limite ético de sua atividade, o Judiciário se fortalece<sup>15</sup>. Nesse sentido é que o Papel Social do Poder Judiciário deve extrapolar os autos. Afinal, a Justiça é a mais completa das virtudes, alicerçada pela coragem, prudência e temperança<sup>16</sup>.

As atribuições legislativa e executiva falham em delinear o padrão de conduta socialmente adequado ao quanto inscrito na Constituição. O Poder Judiciário, por sua vez, busca o resgate da crença no espírito que permeia o Estado Democrático de Direito – do povo, pelo povo e para o povo<sup>17</sup>.

O Poder Judiciário deve, assim, assumir o protagonismo como parametrizador dos axiomas deontológicos. E, além, fixar-se como expoente da eficácia social dos direitos e garantias fundamentais.

## **5. PODER JUDICIÁRIO PROATIVO – EXEMPLO TRABALHISTA**

Afinal, havendo uma sociedade aberta de intérpretes da Constituição, o Judiciário não diz o Direito como quem joga a pá de cal no defunto. Antes, se adianta e orienta, mobilizando grupos e instituições, auxiliando a sociedade a definir seus rumos<sup>18</sup>.

Na seara trabalhista, o exemplo é forte e imediato. A presença da Justiça do Trabalho na *Rio+20*, expondo programas e ações na área de sustentabilidade socioambiental consolida a função social assumida pelo Judiciário.

Outrossim, o esforço conjunto com o Ministério Público do Trabalho, especialmente no que tange ao microssistema de tutelas metaindividuais, o que Enoque Ribeiro dos Santos convencionou denominar de “parceirização trabalhista”, revigora a tese<sup>19</sup>.

Sob a ótica coletiva, embora vedada a pluralidade sindical e ainda vigente a contribuição compulsória, o permissivo para a criação de instrumentos normativos incita a investigação e questionamento dos paradigmas.

A zetética como desconstrutora dos dogmas abre espaço para a eficácia social dos direitos fundamentais<sup>20</sup>.

Nesse sentido, não tem mais o Direito do Trabalho a função principal de proteger o ser individualmente considerado face ao ente cujas ações repercutem no seio social. Se o vínculo empregatício passa a ser exceção, então os direitos trabalhistas também deixam de ser a regra geral<sup>21</sup>.

No ensinamento de Luiz Marcelo Figueiras de Góis, “partindo dessa constatação, o Direito do Trabalho passa a assumir uma nova e revigorada função: a de resolver o problema da eficácia de suas normas por meio da atenção aos problemas de criação e de manutenção de empregos”<sup>22</sup>.

O desafio a ser vencido por toda a sociedade – Poder Judiciário incluído e em vanguarda – é o de compatibilizar o valor social do trabalho e a livre iniciativa como fundamentos da República, sem que um aniquile o outro em seu “núcleo duro”. Ou seja, estes fundamentos constitucionais devem ser harmonizados “in concreto” por meio do sistema de freios e contrapesos<sup>23</sup>.

A função principal do Direito do Trabalho passa a ser, então, a salvaguarda da relação jurídica havida por prestador e tomador de serviços. E tem como premissas as vedações: da proteção insuficiente; e do excesso<sup>24</sup>.

## 7. CONCLUSÃO

Dessa forma, o Poder Judiciário passa a adotar medidas que previnem o conflito intersubjetivo de interesses. Pacifica antes da quebra da inércia. Atua como lumiar do contemporâneo conceito de Justiça – a Justiça Social – mediante a implementação, respeito e progresso dos direitos e garantias fundamentais.

Para que tenhamos uma sociedade realmente livre, justa e solidária é necessário que o Estado tome frente e determine os rumos da nação. O ser humano, sendo fim em si mesmo<sup>25</sup>, deve lutar sem esmorecer.

A hierarquização dos valores, assim considerada a expressão superestrutural da centralidade do valor no nível econômico, não deve nos levar à perda da sabedoria de que apenas objetos possuem valor; seres humanos têm dignidade<sup>26</sup>.

Lembro, em arremate, Heitor Villa Lobos: “a massa é vertical; o público é horizontal; mas o povo, pelo menos o povo brasileiro, é diagonal”<sup>27</sup>.

Cabe a nós definir a nossa ascensão.

---

## THE SOCIAL ROLE OF THE JUDICIARY IN POSTMODERNITY

**ABSTRACT:** This paper presents an analysis of the classical system of division of Law, opposing to the State activities and proposing the repositioning of jurisdiction. In particular, in respect to the social

function of the Judiciary and the inertia principle of jurisdiction. It presents, in conclusion, an example extracted from the labor relations Court of Law.

**KEYWORDS:** “Parceirização” phenomenon. Social pacification. Zethetics. Fundamental rights and guarantees. Judicial activism. Judicialization of politics.

## Notas

<sup>1</sup> ROUANET, Sérgio Paulo. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

<sup>2</sup> SARMENTO, Daniel. *Três objeções ao neoconstitucionalismo*. Salvador: Juspodivm, 2009.

<sup>3</sup> LYRA FILO, Roberto. *O que é direito*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

<sup>4</sup> Id., p. 14.

<sup>5</sup> CUNHA, J. R., NORONHA, Rodolfo., BORGES, N., VESTENA, C. Judicialização, ativismo e direitos humanos: o Poder Judiciário como arena de lutas sociais?. *IAB – Revista Digital*, v. 1, p. 40-78, 2010.

<sup>6</sup> Id., p. 40-78.

<sup>7</sup> PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *O mito da neutralidade do juiz como elemento de seu papel social*. Jus Navigandi, Teresina, ano 6, n. 51, 1 out. 2001. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/2052>>. Acesso em: 25 jun. 2012.

<sup>8</sup> PRADO, Lídia Reis de Almeida. *O juiz e a emoção: aspectos da lógica da decisão judicial*. Campinas: Millenium, 2005.

<sup>9</sup> MIRANDA, Pontes de. *Tratado das ações, Tomo I*. São Paulo: Bookseller, 1999.

<sup>10</sup> BARROSO, Luís Roberto. *Interpretação e aplicação da Constituição*. São Paulo: Saraiva, 2009.

<sup>11</sup> Corte Internacional de Justiça, 19 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.icj-cij.org/docket/files/103/17044.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2012.

<sup>12</sup> Palácio da Paz, 01 jan. 1950. Disponível em: <[http://www.flickr.com/photos/un\\_photo/3311538885/](http://www.flickr.com/photos/un_photo/3311538885/)>. Acesso em: 02 jul. 2012.

<sup>13</sup> OLIVEIRA SILVA, Joaé Antônio Ribeiro de, NATALI COSTA, Fábio, BARBOSA, Amanda. *Magistratura do Trabalho – Formação Humanística e Temas Fundamentais do Direito*. São Paulo: LTR, 2010.

<sup>14</sup> CARDOSO, Antonio Pessoa. *Sentença é descumprida sempre que conveniente*. Consultor Jurídico, Salvador, 17 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2012-jun-17/decisao-judicial-descumprida-quando-conveniente-governante>>. Acesso em: 25 jun. 2012.

<sup>15</sup> Id.

<sup>16</sup> ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

<sup>17</sup> LINCOLN, Abraham. *Discurso de Gettysburg*. Pensilvânia, EUA, 1863.

<sup>18</sup> HÄBERLE, Peter. *Hermenêutica Constitucional - A Sociedade Aberta dos Intérpretes da*

Constituição: Contribuição para a Interpretação Pluralista e “Procedimental” da Constituição. Porto Alegre: Safe, 1997.

<sup>19</sup> RIBEIRO DOS SANTOS, Enoque. *O microsistema de tutela coletiva*. São Paulo: LTR, 2012.

<sup>20</sup> RIBEIRO DOS SANTOS, Enoque. *Direito do trabalho zetéctico*. Porto Alegre: HS Editora, n. 288, p. 19-26, dez. 2007.

<sup>21</sup> GÓIS, Luiz Marcelo Figueiras de. *A caminho de um direito trabalhista-constitucional*. São Paulo: LTR, 2010.

<sup>22</sup> Id., p. 87.

<sup>23</sup> ÁVILA, Humberto. *Teoria dos princípios* – Da definição à aplicação. São Paulo: Malheiros, 2012.

<sup>24</sup> MENDES, Gilmar Ferreira, BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de direito constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2011.

<sup>25</sup> KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. São Paulo: Barcarolla, 2010.

<sup>26</sup> SCHMITT, Carl. *La tirania de los valores*. Albolote: Comares, 2010.

<sup>27</sup> VILLA-LOBOS, Heitor. *Villa-Lobos – Uma Vida de Paixão*, de Zelito Vianna. Mapa Filmes do Brasil, 2000.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

ÁVILA, Humberto. *Teoria dos princípios* – Da definição à aplicação. São Paulo: Malheiros, 2012.

BARROSO, Luís Roberto. *Interpretação e aplicação da Constituição*. São Paulo: Saraiva, 2009.

CARDOSO, Antonio Pessoa. *Sentença é descumprida sempre que conveniente*. Consultor Jurídico, Salvador, 17 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2012-jun-17/decisao-judicial-descumprida-quando-conveniente-governante>>. Acesso em: 25 jun. 2012.

CUNHA, J. R., NORONHA, Rodolfo., BORGES, N., VESTENA, C. *Judicialização, ativismo e direitos humanos: o Poder Judiciário como arena de lutas sociais?* IAB – Revista Digital, v.1, p. 40-78, 2010.

GÓIS, Luiz Marcelo Figueiras de. *A caminho de um direito trabalhista-constitucional*. São Paulo: LTR, 2010.

HÄBERLE, Peter. *Hermenêutica constitucional* - A sociedade aberta dos intérpretes da Constituição: Contribuição para a Interpretação Pluralista e “Procedimental” da Constituição. Porto Alegre: Safe, 1997.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. São Paulo: Barcarolla, 2010.



- LYRA FILO, Roberto. *O que é direito*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MENDES, Gilmar Ferreira, BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de direito constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2011.
- MIRANDA, Pontes de. *Tratado das ações*, Tomo I. São Paulo: Bookseller, 1999.
- OLIVEIRA SILVA, Joaé Antônio Ribeiro de, NATALI COSTA, Fábio, BARBOSA, Amanda. *Magistratura do trabalho – Formação humanística e temas fundamentais do direito*. São Paulo: LTR, 2010.
- PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *O mito da neutralidade do juiz como elemento de seu papel social*. Jus Navigandi, Teresina, ano 6, n. 51, 1 out. 2001. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/2052>>. Acesso em: 25 jun. 2012.
- PRADO, Lídia Reis de Almeida. *O juiz e a emoção: aspectos da lógica da decisão judicial*. Campinas: Millenium, 2005.
- RIBEIRO DOS SANTOS, Enoque. *Direito do trabalho zetético*. Porto Alegre: HS Editora, n. 288, p. 19-26, dez. 2007.
- RIBEIRO DOS SANTOS, Enoque. *O microssistema de tutela coletiva*. São Paulo: LTR, 2012.
- ROUANET, Sérgio Paulo. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Companhia das letras, 2009.
- SARMENTO, Daniel. *Três objeções ao neoconstitucionalismo*. Salvador: Juspodivm, 2009.
- SCHMITT, Carl. *La tirania de los valores*. Albolote: Comares, 2010.